

O cérebro e a realidade relativa do mundo empírico em Schopenhauer¹

Stéphanie Sabatke

Mestranda em Filosofia na Universidade Federal do Paraná – UFPR

Bolsista CAPES

sabatke.tk@gmail.com

Resumo: O cérebro ocupa um lugar central na epistemologia de Schopenhauer. Ele remete à visão empírica das faculdades de conhecimento e é o responsável pela realização da representação intuitiva da realidade material e empírica do mundo através das formas puras de tempo e espaço e a aplicação da lei *a priori* de causalidade, esta que é o fundamento e a possibilidade da representação intuitiva. Se o cérebro é a visão empírica das faculdades de conhecimento, por sua vez, é somente através dele e para ele que existe esta realidade empírica. A realidade empírica é, para Schopenhauer, sempre ideal, pois dependente do cérebro que conhece; e por tal, possui uma existência real, porém relativa, sempre como uma representação que remete às formas *a priori* do sujeito que conhece. Este artigo expõe o lugar do cérebro na epistemologia de Schopenhauer e o seu papel enquanto uma concepção chave para compreender a idealidade transcendental da realidade empírica e o estatuto de realidade da representação intuitiva.

Palavras-chave: Schopenhauer, cérebro, epistemologia, idealismo transcendental, realismo empírico.

Introdução

¹ Este artigo corresponde à primeira parte de um trabalho monográfico entregue em 2019 à UFPR, sob orientação de Luan Corrêa da Silva e fruto de discussões feitas no Grupo de Estudos Schopenhauer e na disciplina de “Tópicos Especiais em História da Filosofia Contemporânea II”. O trabalho, cujo tema é o papel do cérebro na epistemologia de Schopenhauer enquanto noção conciliadora entre o idealismo transcendental e o realismo empírico, aborda também o cérebro enquanto objetivação da vontade e como um importante articulador na antinomia da faculdade de conhecimento (Cf. 2015a, MVR I, §7).

Na filosofia de Schopenhauer, o “cérebro” (*Gehirn*) corresponde à visão empírica e objetiva das faculdades de conhecimento. Do ponto de vista transcendental, como sujeito do conhecimento, trata-se principalmente da faculdade do entendimento (*Verstand*). Dizemos “principalmente” porque a razão (*Vernunft*) também é, vista de seu lado objetivo, o cérebro; no entanto, se trata de uma faculdade específica do intelecto *humano*. Nem sempre a distinção é clara: muitas vezes o filósofo utiliza “cérebro” ou “cabeça” para remeter ao “intelecto” (*Intellect*), e, dependendo do contexto, pode remeter tanto ao intelecto animal em geral ou especificamente ao humano. O interesse deste trabalho são os seres cognoscentes em geral, ou seja, todos os animais, que possuem a faculdade do entendimento e são capazes de representar intuitivamente o mundo.

O cérebro ocupa um lugar central na epistemologia schopenhaueriana: ele é o responsável pelo conhecimento da realidade material do mundo. De acordo com Schopenhauer, tempo e espaço são formas *a priori* do cérebro e a única função deste (enquanto entendimento) é a aplicação da lei *a priori* de causalidade; que, por sua vez, é o fundamento e a possibilidade da representação intuitiva da realidade empírica, material e efetiva do mundo.

A argumentação de Schopenhauer realiza um certo *loop* ao relacionar tais conceitos: se o cérebro é a visão empírica das faculdades de conhecimento, por sua vez, é somente através dele e para ele que existe esta realidade empírica. Assim, a realidade empírica é, para Schopenhauer, sempre ideal, pois dependente deste cérebro que conhece; e, por tal, não possui uma existência absoluta independente do sujeito, mas possui uma

existência relativa, sempre como uma representação que remete às formas *a priori* do sujeito que conhece.

A proposta deste artigo é explicitar o papel da noção de “cérebro” na epistemologia de Schopenhauer enquanto uma concepção chave para compreender a idealidade transcendental do mundo empírico e o estatuto de realidade da representação intuitiva.

Para tal, primeiro é interessante contextualizar o lugar do cérebro na base conceitual da teoria do conhecimento do filósofo. Em seguida, são consideradas as possibilidades transcendentais e as restrições de conhecimento do cérebro em relação ao seu correlato objetivo, que é a matéria, a efetividade, a realidade empírica. Depois, é examinado como Schopenhauer concebe o processo orgânico de cognição (a partir das sensações do corpo enquanto objeto imediato e a subsequente aplicação da lei *a priori* de causalidade pelo cérebro), e quais as consequências epistemológicas desta abordagem fisiológica. Por fim, considerando a dependência da realidade empírica ao cérebro que conhece, é abordada a impossibilidade do conhecimento da representação alcançar a coisa-em-si e o estatuto de realidade relativa da representação intuitiva: por um lado, ela é ilusória e não pode ser considerada realidade absoluta; por outro, não é falsa, pois é real enquanto uma representação.

Para este trabalho, nos mantemos nos textos centrais de epistemologia do filósofo: a dissertação *De la cuádruple raíz del principio de razón suficiente*, o livro I de *O mundo como vontade e como representação* e os

respectivos *Suplementos* aos §§1-7 do Tomo II, “A doutrina da representação intuitiva”².

O lugar do cérebro na epistemologia de Schopenhauer

Uma noção fundamental do pensamento de Schopenhauer é a de “representação” (*Vorstellung*). Para o filósofo, o mundo é uma representação daquele que representa, e esta é uma verdade válida para todo ser vivo que conhece³. Esta verdade, alçada ao conhecimento abstrato, é a clarividência filosófica, quando se torna “claro e certo que não conhece Sol algum nem Terra alguma, mas sempre um olho que vê o Sol, uma mão que toca a Terra”⁴.

Para Schopenhauer, a relação entre sujeito e objeto é a forma universal e essencial da representação; é a “enunciação de toda experiência possível e imaginável”⁵. A verdade que o mundo é representação daquele que representa, sempre na forma sujeito e objeto, pode ser considerada como ponto de partida de sua epistemologia, na medida em que é a verdade mais segura e a forma básica a partir da qual são determinadas as diferentes classes de representação. Diz o filósofo:

²Adiante, usarei as seguintes siglas e abreviaturas: Para o Tomo I de *O mundo como vontade e representação* (2015a), MVR I e *O mundo*; para o Tomo II (2015b), MVR II e *Suplementos*; e para *De la cuádruple raíz del principio de razon suficiente*, QR e *Quádrupla raíz*.

³ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 3, §1.

⁴ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 3, §1.

⁵ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 3, §1.

Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessitada de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é apenas objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação⁶.

De acordo com Schopenhauer, a representação “possui duas metades essenciais, necessárias e inseparáveis”⁷: o sujeito e o objeto. O filósofo define o sujeito como “aquele que tudo conhece mas não é conhecido por ninguém”⁸. O sujeito não pode ser conhecido pois o conhecer o pressupõe: ele não pode se conhecer por meio de suas próprias formas de conhecimento.

Para Schopenhauer, o sujeito é “o sustentáculo do mundo, a condição universal e sempre pressuposta de tudo o que aparece, de todo objeto, pois tudo o que existe, existe para o sujeito”⁹. Enquanto o objeto adquire pluralidade mediante as formas de tempo e espaço, o sujeito

não se encontra no espaço e nem no tempo, pois está inteiro e indiviso em cada ser que representa; por conseguinte, um único ser que representa complementa o mundo como representação tão integralmente quanto em um milhão de seres que representam: mas se aquele único ser desaparecesse, então o mundo como representação não mais existiria¹⁰.

⁶ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 3, §1.

⁷ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

⁸ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

⁹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 5, §2.

¹⁰ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

Para Schopenhauer, o sujeito e o objeto adquirem existência e também deixam de existir um com o outro, em uma limitação recíproca; reciprocidade que, de acordo com o filósofo, se mostra no fato de as formas essenciais e universais do objeto (tempo, espaço e causalidade) poderem ser conhecidas a partir do sujeito independentemente da experiência, isto é, estão presentes *a priori* na consciência¹¹.

De acordo com Schopenhauer, todo objeto está em relação necessária com os outros objetos, determinando e sendo determinado¹². Estas relações necessárias entre as representações exprimem a sua existência e também a sua relatividade: a “existência inteira de todos os objetos, na qualidade de objetos, representações e nada mais, reporta-se de volta, sem exceção, àquela relação necessária de um com o outro, consiste apenas nela e, portanto, é completamente relativa”¹³. Tudo o que se pode conhecer *a priori* dos objetos e de suas relações necessárias está expresso ou pode ser deduzido do princípio de razão suficiente.

E o que é o princípio de razão suficiente? Primeiramente, cabe apontar que “razão” aqui significa fundamento (*Grund*) e não pode ser confundido com a razão (*Vernunft*), que é a capacidade humana de formar conceitos abstratos. Razão aqui tem o sentido de quando se pergunta *qual é a razão de algo*. É a pergunta pelo fundamento e suas consequências necessárias. O princípio pergunta *por quê* as coisas são assim como são. O

¹¹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

¹² SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

¹³ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 6, §2.

princípio de razão suficiente diz que *nada é sem uma razão suficiente para que seja deste modo e não de outro*: “Nada é sem uma razão pela qual é”¹⁴.

Schopenhauer considera que houve na tradição filosófica uma confusão entre razão-consequência e causa-efeito¹⁵. Para o filósofo, *causa* e *fundamento* são diferentes: a causalidade é o fundamento de *uma* figura particular do princípio de razão, válido apenas para as representações intuitivas, isto é, para a realidade empírica. Assim, quando se pergunta pelo *fundamento* de algo, não se busca necessariamente pela sua *causa* – como é o caso dos juízos e das verdades matemáticas¹⁶.

De acordo com Schopenhauer, o princípio de razão não é demonstrável; pois, ao se requisitar repetidamente a demonstração de um princípio, por fim se chega àquilo que não se pode mais demonstrar; mas que expressa as formas e as leis que são as *condições* do pensar e do conhecer; de forma que a certeza é a conformidade à essas leis. E, diz o filósofo, ao pedir a demonstração do princípio de razão se cai num círculo que confirma o próprio princípio: quando se pergunta o “por quê” do princípio, já se o afirma, pois se pede pela razão suficiente do princípio de razão suficiente¹⁷.

O princípio de razão tem *validade* para as representações e as relações que elas estabelecem entre si. Isso significa que tanto o sujeito está fora da validade do princípio (pois o sujeito não pode se tornar objeto de

¹⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 30, §5. Cabe apontar que esta formulação do princípio, é, de acordo com Schopenhauer, uma fórmula provisória simplificando o conteúdo total da dissertação *Quádrupla raiz*; e esta formulação tem origem em Wolff: “*Nil est sine ratione cur potius sit, quam non sit*”. (cf. SCHOPENHAUER, QR, p. 30, §5)

¹⁵ cf. SCHOPENHAUER, QR, p. 31-47, §6-14.

¹⁶ SCHOPENHAUER, QR, p. 49-50, §15.

¹⁷ SCHOPENHAUER, QR, p. 47, §14.

conhecimento), assim como a relação entre sujeito e objeto, pois o princípio se refere às *representações*, e estas já *pressupõem a relação entre sujeito e objeto*; ou seja, a relação sujeito e objeto *precede* aquilo que o princípio expressa¹⁸.

Como método, Schopenhauer aplica ao princípio de razão duas leis transcendentais *a priori*¹⁹. A primeira é a lei de homogeneidade, que vê semelhança e concordância; de acordo com ela, o princípio de razão é a expressão comum dos conhecimentos *a priori* e das relações necessárias entre as representações: o princípio de razão em sua generalidade expressa que as representações – ou os objetos para o sujeito – sempre são conhecidos relacionados entre si numa relação que é determinável *a priori*²⁰.

A segunda é a lei de especificação, segundo a qual é preciso distinguir as aplicações do princípio, visto que estas possuem significações diferentes conforme procedem de diversas faculdades cognitivas. Pois, já que o princípio provém de diferentes modos cognoscitivos fundamentais da mente²¹, suas aplicações não apresentam todas a mesma, una e idêntica necessidade *a priori*. Para Schopenhauer, é preciso determinar sobre *qual* das necessidades do princípio uma conclusão se baseia; pois é pela exata determinação do significado de cada expressão que se assegura precisão e clareza no filosofar e se evita erros e enganos²².

¹⁸ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 16, §5.

¹⁹ Schopenhauer utiliza as leis de homogeneidade e especificação como método aplicado ao princípio de razão suficiente. Ele se apoia em Platão e principalmente em Kant. Tais leis são para Kant, de acordo com Schopenhauer, leis transcendentais da razão, as quais postulam *a priori* o acordo das coisas com elas (cf. SCHOPENHAUER, QR, §1-2).

²⁰ SCHOPENHAUER, QR, p. 51, §16.

²¹ SCHOPENHAUER, QR, p. 28, §2.

²² SCHOPENHAUER, QR, p. 29, §3.

Assim, a lei de homogeneidade faz pressupor que não há classes infinitas de objetos; e a lei de especificação, que o princípio assume diversas formas de acordo com a espécie de objeto²³. Em suas figuras, o princípio modifica a sua expressão conforme o modo que o objeto se apresenta; mas sempre conserva a forma universal da relação entre sujeito e objeto.

De acordo com Schopenhauer, se pode reduzir as classes de representação à *quatro*, que é a “quádrupla raiz” do princípio de razão suficiente, e que expressa tudo o que pode ser objeto de conhecimento para o sujeito, i.e., tudo o que pode ser representado²⁴. Cada uma destas quatro classes diferentes de representação se relaciona com uma disposição particular do sujeito; assim, cada uma possui um correlato subjetivo, um correlato objetivo e um fundamento *a priori*. As quatro figuras particulares do princípio de razão podem ser esquematizadas no seguinte quadro²⁵:

Princípio de razão suficiente	Representação	Correlato subjetivo	Fundamento	O que é conhecido
Devir	Representações intuitivas	Entendimento	Lei de causalidade	Matéria, efetividade, realidade empírica

²³ SCHOPENHAUER, QR, p. 50, §15.

²⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 51, §16.

²⁵ O quadro está de acordo com a ordem de exposição das classes de objeto de Schopenhauer na *Quádrupla raiz*. Assim, as representações intuitivas (primeira classe) são o tema do capítulo IV, as abstratas (segunda classe) do capítulo V, as puras (terceira classe) do capítulo VI e a vontade individual (quarta classe) do capítulo VII. O filósofo diz que esta ordem não é sistemática, mas está disposta por um critério de apreensibilidade tendo em vista o leitor. Uma ordem sistemática seria, de acordo com o filósofo: princípio de razão do ser no tempo, do ser no espaço, do devir, do agir e do conhecer. (SCHOPENHAUER, QR, p.167-168, §46)

Conhecer	Representações abstratas, os conceitos	Razão	Outra representação (pura, abstrata ou intuitiva)	Juízos verdadeiros
Ser	Representações puras de tempo e de espaço	Sensibilidade	Formas puras da intuição: sentido interno (tempo) e sentido externo (espaço)	Sucessão e posição. Com sua união: duração e simultaneidade.
Agir	Sujeito do querer, desejo, volição.	Consciência de si	Lei de motivação	Sucessão das vontades, desejos. Sentimento de dor e prazer, agradável e desagradável.
	Eu (identidade imediata entre sujeito do conhecer e querer)			

As quatro classes de representação.

O cérebro, na obra de Schopenhauer, é a visão objetiva das faculdades de conhecimento. É possível considerar que todos os correlatos subjetivos da tabela remetem, em última instância, ao cérebro. Enquanto consciência de si, trata-se de uma apreensão interna, unicamente na forma do tempo, da sucessão das volições. Enquanto entendimento, é o cérebro dos animais em geral e a capacidade de intuir o mundo material externo ao corpo a partir da forma pura do espaço e da lei *a priori* da causalidade. E, no caso dos humanos, o cérebro também é a faculdade da razão, que é a capacidade de formar conceitos abstratos – e que está relacionada à um maior volume cerebral²⁶. É digno de nota que a consideração da existência de *quatro* classes de representações possui como referência o intelecto *humano*, visto que a classe das representações abstratas, que são os conceitos e cujo correlato subjetivo é a razão, é uma faculdade que o restante dos animais não possui.

²⁶ SCHOPENHAUER, QR, p. 118, §26.

Estabelecemos as noções básicas da epistemologia de Schopenhauer tendo em vista encontrar o lugar do cérebro na teoria do conhecimento do filósofo, e chegamos ao seguinte (que será abordado detalhadamente em seguida). O entendimento é o correlato subjetivo da classe das representações intuitivas. Esta classe de objetos é regida pelo princípio de razão suficiente do devir, cujo fundamento é a lei de causalidade, que estabelece que tudo o que vem a ser está em relação com outras representações intuitivas pelo nexo causal. O entendimento possui como função a aplicação da lei *a priori* de causalidade, que é a própria condição de possibilidade da representação intuitiva e que faz aparecer o mundo empírico. A realidade empírica é conhecida como efetividade (*Wirklichkeit*), isto é, como fazer-efeito da matéria. É importante reter que, para Schopenhauer, o sujeito existe sempre em relação ao objeto, e vice-versa; assim, o entendimento (intelecto, cérebro) está correlacionado intrinsecamente com a matéria: a lei de causalidade, que é a forma *a priori* do entendimento, é também a essência da matéria; a matéria é causalidade.

Vejamos como Schopenhauer concebe o correlato objetivo do entendimento – a matéria, a efetividade, a realidade empírica – e como a representação intuitiva se relaciona com as possibilidades transcendentais e as limitações cognitivas do cérebro.

Possibilidades e limitações do cérebro na representação intuitiva da realidade empírica e material

A representação é uma correlação entre sujeito e objeto. Por isso, um termo não pode ser analisado isolado do outro e, assim, ao se abordar a matéria, se fala do conhecimento do sujeito da matéria. Para o filósofo, a

realidade empírica das representações não exclui a sua idealidade transcendental. Sempre que se lê em seu escrito a expressão “objetos reais” se deve entender uma realidade que só existe para o sujeito, e que é, portanto, ideal²⁷.

De acordo com Schopenhauer na *Quádrupla raiz*, as representações da primeira classe de objetos para o sujeito são: 1) **intuitivas**, pois não são meramente pensadas em abstrato; 2) **completas**, pois contêm o formal e o material dos fenômenos; e 3) **empíricas**, pois tem sua origem em uma estimulação do corpo, que atesta a realidade do mundo empírico – ao mesmo tempo em que essa realidade é constituída conforme leis *a priori* de tempo, espaço e causalidade²⁸.

A parte formal das representações intuitivas são as representações puras de tempo e espaço, regidas pelo princípio de razão do ser, que “no tempo é a sequência dos seus momentos, e no espaço é a posição das suas partes que se determinam reciprocamente ao infinito”²⁹. De acordo com Schopenhauer, a relação entre as representações esgota a sua essência, de forma que a “sucessão é toda a essência do tempo” e a essência do espaço é “a possibilidade das determinações recíprocas das suas partes, o que se chama POSIÇÃO”³⁰.

De acordo com Schopenhauer em *O mundo*, as representações de tempo e espaço são as condições de possibilidade da experiência e do

²⁷ SCHOPENHAUER, QR, p. 63, §19.

²⁸ SCHOPENHAUER, QR, p. 53, §17.

²⁹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

³⁰ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

mundo visível³¹. Schopenhauer exalta que foi uma grande descoberta de Kant que

essas condições de possibilidade, formas do mundo visível, isto é, o que é mais universal em sua percepção, o elemento comum a todas suas aparências, tempo e espaço, poderem ser não apenas pensado *in abstracto* por si e separados do seu conteúdo, mas também intuídos imediatamente. Intuição esta que não é como um fantasma, derivado da experiência repetida, mas tão independente desta que, ao contrário, a experiência tem antes de ser pensada como dependente dessa intuição, visto que as propriedades do espaço e do tempo, como a intuição *a priori* as conhece, valem para toda experiência possível, como leis com as quais tudo tem de concordar³².

As intuições puras de tempo e espaço – a parte formal das representações intuitivas –, são conhecidas *a priori* pelo sujeito, i.e., podem ser intuídas de maneira independente e separada de seu conteúdo material³³. Em verdade, mais do que a possibilidade de intuí-las puramente, há uma *impossibilidade* de se abstrair delas:

Que o tempo e espaço dependem do SUJEITO, que são o modo e a maneira pelos quais é levado a efeito o processo de apercepção objetiva no cérebro, há já uma prova suficiente na completa impossibilidade de abstrair o tempo e o espaço, enquanto é muito fácil fazer abstração das coisas que nele se apresentam. A mão pode soltar tudo; menos a si mesma³⁴.

³¹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

³² SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

³³ SCHOPENHAUER, QR, p. 147, §35.

³⁴ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 40, Cap. 4.

No que se refere ao tempo e ao espaço, o que distingue a classe das intuições puras da classe das intuições empíricas é que, naquela, tempo e espaço são intuídos independentemente da matéria, e nesta, são *percebidos empiricamente por meio da matéria*; e, nesse sentido, a matéria é a *perceptibilidade* de tempo e espaço³⁵.

Já a matéria não pode ser intuída independente de tempo e espaço, pois a forma pressupõe o espaço, e a mudança pressupõe o tempo³⁶. E não somente tais formas são *pressupostas* pela matéria, mas a sua essência é *constituída* pela união de ambas. É atribuído ao entendimento a função de unir as formas da sensibilidade interior (tempo) e exterior (espaço) na representação da matéria³⁷.

No entanto, a representação intuitiva é imediatamente conhecida somente na forma do tempo. De acordo com Schopenhauer, na consciência do sujeito há a presença imediata da representação intuitiva *uma por vez*, num vínculo temporal inexorável com a representação anterior, e num ponto indiferenciado entre o passado e o futuro, que é o presente. O sujeito nunca tem diante de si uma representação fixa e parada, mas ela está sempre desaparecendo e sendo deixada para surgir a próxima³⁸.

A matéria tem como princípio a lei de causalidade e a causalidade é a essência mesma da matéria: a matéria é causalidade. Afirma o filósofo que a ação da matéria sobre o corpo animal condiciona a intuição na qual ela existe, e o fazer-efeito da matéria é conhecido conforme age sobre o corpo. Daí Schopenhauer concluir que “causa e efeito, portanto, são a essência

³⁵ cf. SCHOPENHAUER, QR, p. 54, §18.

³⁶ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 10, §4.

³⁷ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 10, §4.

³⁸ SCHOPENHAUER, QR, p. 55-57, §19.

inteira da matéria: seu ser é seu fazer-efeito”³⁹ e cunhar o termo alemão *Wirklichkeit*, traduzido por “efetividade”, para designar as mudanças dos objetos materiais – termo que o filósofo considera mais expressivo que a palavra de origem latina *Realität*⁴⁰.

De acordo com o filósofo, a essência da mudança não está meramente na alteração de estados, mas “NO MESMO LUGAR do espaço haver agora UM estado, em seguida OUTRO e, NUM ÚNICO e mesmo tempo determinado, haver AQUI este estado, LÁ outro”⁴¹. Matéria e causalidade unem tempo e espaço, por mais que estas formas possuam propriedades que se contradigam: “Aquilo que em cada um é impossível, ela tem de unir em si, portanto o fluxo contínuo do tempo com a permanência rígida e imutável do espaço; quanto à indivisibilidade infinita, ela a possui de ambos”⁴².

É por esta união que o filósofo afirma que “a matéria envolve, primeiramente, a SIMULTANEIDADE”⁴³, isto é, ela não poderia ser meramente no tempo (que não conhece coexistência) e nem apenas no espaço (que não conhece antes, depois ou agora). Diz o filósofo que “a essência da efetividade é a SIMULTANEIDADE”⁴⁴, mediante a qual é possível a *duração*. E por meio da noção de duração, Schopenhauer considera a matéria como a *substância*: ela é aquilo que permanece e subsiste às alterações de qualidade e forma⁴⁵.

³⁹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

⁴⁰ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 9, §4.

⁴¹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 11, §4.

⁴² SCHOPENHAUER, MVR I, p. 11, §4.

⁴³ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 11, §4.

⁴⁴ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 11, §4.

⁴⁵ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 11-12, §4.

O princípio de razão suficiente do devir expressa a relação regular de causalidade entre as representações intuitivas: sempre que há uma mudança no mundo material-empírico-efetivo, ela sucede necessariamente de uma mudança precedente no transcurso do tempo⁴⁶. Quando um ou mais objetos se apresentam numa nova forma, se chama ao novo estado *efeito* e ao estado anterior *causa*⁴⁷. Diz o filósofo em uma formulação assertiva nos *Suplementos*:

TODA MUDANÇA NO MUNDO MATERIAL SÓ
PODE ENTRAR EM CENA NA MEDIDA EM
QUE UMA OUTRA MUDANÇA A PRECEDEU
IMEDIATAMENTE: este é o verdadeiro e completo
conteúdo da lei de causalidade⁴⁸.

Schopenhauer alerta que é um equívoco identificar um *objeto* como a causa de outro, pois a causalidade diz respeito a transformação de *estados* da matéria, e não da relação entre objetos particulares⁴⁹. Ou seja, a causa não se refere a um objeto em específico, mas a um *estado* da matéria que sofre transformações entre as suas partes constitutivas⁵⁰.

A lei de causalidade, na concepção de Schopenhauer, não diz respeito à “*Matéria*”, pois a lei não se aplica à *substância portadora das transformações*; ela se refere unicamente à transformação no tempo dos *estados*

⁴⁶ SCHOPENHAUER, QR, p. 58-59, §20.

⁴⁷ SCHOPENHAUER, QR, p. 58-59, §20.

⁴⁸ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 48, Cap. 4.

⁴⁹ SCHOPENHAUER, QR, p. 60, §20.

⁵⁰ SCHOPENHAUER, QR, p. 60, §20.

ou da *forma* desta matéria eterna, que não pode ser criada ou destruída, e *na qual* ocorrem as mudanças⁵¹.

Segundo Schopenhauer, da lei de causalidade se segue, *a priori* e como corolário – além da lei da inércia –, a *lei de permanência da substância*: a substância não nasce e não morre, não é criada e nem aniquilada, mas *permanece*⁵². Schopenhauer afirma que há consciência *a priori* desta certeza, pois, ao se observar um estado de matéria sofrer uma transformação, “suponemos firmemente que, cualquiera que sea la suerte de la forma de ese cuerpo, la sustancia, es decir, la materia del mismo, permanece intacta”⁵³. Isto é, nunca se supõe que a matéria possa ter se originado do nada: “no podemos creer que su sustancia (materia) haya podido ser creada de la nada, pues esto implica una imposibilidad radical y no puede ser imaginado”⁵⁴.

Nos *Suplementos*, o filósofo fornece uma formulação concisa (a ser citada abaixo) acerca de sua concepção de causalidade enquanto mudanças de *estados* ou da *forma* da matéria enquanto substância permanente. Diz o filósofo que “apenas a ESTADOS relaciona-se a MUDANÇAS e a CAUSALIDADE. Tais estados são os que se entende por FORMA no amplo sentido do termo: e apenas as FORMAS mudam; a matéria permanece”⁵⁵. O filósofo mostra a *impossibilidade* de pensar a criação da matéria a partir de sua prévia não-existência, visto que a noção de causa concerne a mudanças, e como a matéria – sendo permanente – *não muda*, ela

⁵¹ SCHOPENHAUER, QR, p. 61, §20.

⁵² SCHOPENHAUER, QR, p. 66, §20.

⁵³ SCHOPENHAUER, QR, p. 66, §20

⁵⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 66, §20

⁵⁵ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 51, Cap. 4.

mesma não se submete a mudanças causais; e por isso, a lei de causalidade não é aplicável a ela:

A única e correta expressão da lei de causalidade é esta: TODA MUDANÇA TEM SUA CAUSA NUMA OUTRA IMEDIATAMENTE ANTERIOR. Se algo ACONTECE, isto é, se um novo estado entra em cena, vale dizer, se algo MUDA; então outra coisa tem de ter MUDADO imediatamente antes; e antes dela, por sua vez, outra coisa tem de ter mudado, e assim ao infinito: pois é tão impossível pensar numa PRIMEIRA causa quanto é pensar num começo do tempo, ou um limite do espaço. Mais do que o que foi indicado não diz a lei de causalidade: portanto, as suas exigências são feitas nos casos de MUDANÇA. Pelo tempo em que nada MUDA, não há que se perguntar sobre causa alguma: pois não há fundamento *a priori* algum para inferir da existência das presentes coisas, isto é, estados da matéria, sua inexistência anterior e, desta, a sua origem, logo, uma mudança. Por consequência, a mera EXISTÊNCIA de uma coisa não autoriza a inferir que ela tenha uma causa⁵⁶.

Assim, para Schopenhauer, a causalidade corresponde a mudanças da matéria substancial num nexos causal que tende ao infinito. É de se notar que em sua argumentação, o filósofo aponta que não há fundamento *a priori* para inferir a criação da matéria meramente devido à sua existência; e, portanto, é injustificado concluir a origem da matéria a partir de um estado prévio em que ela não existia. É interessante notar que, por se tratar da falta de um fundamento *a priori*, esta impossibilidade se relaciona à própria estrutura do sujeito do conhecimento (este ponto será retomado mais a frente), que possui fundamentação *a priori* somente da lei de causalidade e

⁵⁶ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 50-51, Cap. 4.

das duas leis que se seguem dela: a lei da inércia e a lei da permanência da substância.

A concepção de Schopenhauer de que a causalidade não pode ser aplicada à matéria – e, portanto, não se pode pensar a origem ou a causa desta – coloca o filósofo em oposição direta às concepções que consideram a existência de uma causa primeira ou de um surgimento ou criação do mundo, tal como é defendido pela teologia cristã e por algumas filosofias por meio do argumento cosmológico. Para o filósofo, já o termo “causa primeira” é uma *contradictio in adjecto*⁵⁷, isto é, uma contradição em termos. De acordo com Schopenhauer, estender a causalidade à matéria consiste em um uso indevido e abusivo da lei de causalidade. O filósofo critica que a argumentação em prol da causa primeira se fundamenta na lei de causalidade para então, num momento arbitrário, simplesmente abandonar a sua validade:

Esta [a prova cosmológica] parte propriamente dizendo do pressuposto de que, sem justificativa alguma, pode-se inferir da existência do mundo a sua inexistência, que seria anterior à existência: ao fim, a prova chega à terrível inconsequência de suprimir diretamente a lei de causalidade, unicamente da qual obteve toda a sua força demonstrativa, ao parar em uma primeira causa e não mais querer ir adiante, logo, como que finda num parricídio; como as abelhas que matam os zangões após estes terem realizado o seu trabalho⁵⁸.

⁵⁷ SCHOPENHAUER, QR, p. 61, §20.

⁵⁸ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 52, Cap. 4.

Se vê então que, para Schopenhauer, a lei de causalidade tem demarcada a limitação de não possuir validade alguma na postulação seja de uma causa primeira, um começo do mundo, um surgimento da matéria, uma criação do todo ou um momento inicial do universo: *a causalidade remete à série infinita de transformações da matéria substancial permanente e eterna*. Esta limitação relaciona-se com a imanência da lei de causalidade, que é imanente devido ao seu condicionamento pelo intelecto:

A lei de causalidade, pois, encontra aplicação EM todas as coisas do mundo, porém não no mundo mesmo: pois tal lei é IMANENTE ao mundo, não transcendente: COM ELE é posta e COM ELE é suprimida. Em última instância, isto baseia-se em que ela pertence à mera forma do nosso entendimento e, junto com o mundo objetivo que através dela é mera aparência, é pelo entendimento condicionada⁵⁹.

Ainda assim, o filósofo faz uma consideração objetiva da lei de causalidade, isto é, abstraída de sua origem subjetiva no intelecto. Em sua objetividade, a causalidade – ou efetividade – se deve à eternidade e atemporalidade da força originária. O filósofo considera que o efeito presente poderia *já ter acontecido* caso tivesse tido a oportunidade em meio à causalidade; mas a ocasião do *agora* é que permitiu, com necessidade, que este estado acontecesse no tempo:

Mas se quisermos fazer abstração da origem da lei de causalidade no entendimento e a concebermos de maneira puramente OBJETIVA, então ela reside em última instância em que tudo o que faz efeito, fá-lo

⁵⁹ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 51, Cap. 4.

devido à própria força originária, por conseguinte, eterna, isto é, sem tempo, pelo que seu efeito presente teria de ter entrado em cena infinitamente antes, a saber, antes de todo tempo pensável, se a condição temporal para isto não tivesse faltado – esta é a ocasião, isto é, a causa unicamente em virtude da qual o efeito entra em cena apenas AGORA, porém agora com necessidade: permite-lhe o seu lugar no tempo⁶⁰.

Vê-se que Schopenhauer considera, pois, a *idealidade da lei de causalidade* – por se tratar de uma correlação entre o entendimento e a matéria, e, portanto, de uma lei imanente posta pelo intelecto; e por isso, a lei de causalidade, assim como tempo e espaço, possuem um caráter *subjetivo*, na medida em que dependem do sujeito cognoscente. No entanto, ainda é possível considerar a causalidade com certa objetividade, pelos efeitos acontecerem devidos à força originária atemporal que se manifesta conforme encontra oportunidade concreta em meio ao nexos causal.

Trata-se da concepção do filósofo das *forças naturais*, existentes além da aparência, eternas e alheias ao nexos causal, imutáveis, onipresentes e inesgotáveis, sempre manifestando-se no mundo empírico quando encontram possibilidade⁶¹. Segundo Schopenhauer, esse ponto mostra nitidamente a diferença entre a cadeia causal e a força natural, esta que existe além das aparências e é a eterna norma da atividade: sempre que há a condição em meio ao nexos causal, a força natural se manifesta; e a esta condição se dá o nome de lei natural. O filósofo considera que as forças (como a eletricidade, gravidade e as qualidades químicas) não são suscetíveis

⁶⁰ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 52-3, Cap. 4.

⁶¹ SCHOPENHAUER, QR, p. 68, §20.

de explicação física: são *qualitas occulta*, e somente podem ser explicadas pela metafísica⁶².

Aqui alcançamos limitações da cognição do mundo pelo cérebro. Além da “causa primeira”, também as forças naturais estão além da possibilidade de conhecimento pelo entendimento; pois este conhece a *causalidade*, e duas coisas estão *além* do nexa causal: a matéria enquanto substância e as forças naturais: a matéria é “onde” acontecem as mudanças, e as forças naturais são aquilo que dão às causas a causalidade:

A cadeia de causalidade, que é infinita para adiante e para trás, deixa intocados dois seres na natureza: a matéria e a força natural. Estas duas são, em verdade, as condições da causalidade, enquanto tudo o mais é por ela condicionado. Pois uma [a matéria] é aquilo EM que entram em cena os estados e as suas mudanças; a outra [a força natural] é aquilo só EM VIRTUDE do que aqueles podem entrar em cena⁶³.

A importância das leis transcendentais na epistemologia de Schopenhauer é que elas são *a condição de possibilidade da representação intuitiva do mundo empírico*. No caso da lei *a priori* da permanência da matéria, diz o filósofo que ela não poderia ser *a posteriori*, pois nada na experiência forneceria este saber: não se trata de um conhecimento empírico e nem aproximativo realizado por indução; mas é um saber absolutamente certo e seguro, pois se trata de um conhecimento transcendental *a priori*, que estabelece a própria possibilidade da experiência antes dela⁶⁴.

⁶² SCHOPENHAUER, QR, §20; MVR I § 26-27; MVR II, pp. 54-55, Cap. 4.

⁶³ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 54, Cap. 4.

⁶⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 66-67, §20.

No entanto, as leis *a priori* se mostram como uma faca de dois gumes. Pois, se de um lado o conhecimento transcendental *possibilita* a experiência – e assim, é a partir dele que se pode conceber a matéria permanente em sua eterna transformação –, por outro lado, ele faz a *redução* do mundo empírico a um fenômeno cerebral:

Esto procede de que dicho principio expresa un conocimiento transcendental, esto es, algo que es aplicable a toda experiencia y anterior a ella, convirtiendo el mundo de los fenómenos en un mero fenómeno cerebral⁶⁵.

Assim, ao mesmo tempo em que as leis transcendentais são a possibilidade da experiência, elas também estabelecem os seus limites. O que significa dizer que, se o mundo se apresenta ao entendimento como a transformação infinita dos estados da matéria eterna, nunca se pode conhecer, pelo entendimento, nada além disso.

Seguindo essa linha, é encontrado um limite cognoscitivo do próprio entendimento, pois, conforme Schopenhauer, a certeza com que é atribuída eternidade à matéria provém de que “nuestra inteligencia carece de una forma para concebir la creación o aniquilamento de la materia”⁶⁶. Isto é, Schopenhauer remete a impossibilidade de se pensar a criação da matéria a uma falta de fundamento transcendental: “não há fundamento *a priori* algum para inferir da existência das presentes coisas, isto é, estados da matéria, sua inexistência anterior e, desta, a sua origem, logo, uma mudança”⁶⁷.

⁶⁵ SCHOPENHAUER, QR, p. 66-67, §20.

⁶⁶ SCHOPENHAUER, QR, p. 66, §20.

⁶⁷ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 50, Cap. 4.

Ora, se não há uma forma transcendental que possibilite conceber o surgimento e a destruição da matéria – pois, de um estado da matéria, é pressuposto, pelo conhecimento *a priori* da causalidade (que se origina no intelecto/cérebro), que este estado surge de um estado anterior numa cadeia causal que tende ao infinito –; quero dizer, *se há uma falta de forma e fundamento a priori no intelecto*, então trata-se de uma carência que *recai no sujeito*: é o *entendimento* que não tem formas para pensar a criação da matéria. É uma insuficiência do sujeito do conhecimento, que possui fundamento para conhecer tão somente a causalidade e as leis decorrentes (os “corolários”) desta – as leis de inércia e permanência da substância.

E assim o cérebro demarca os limites de possibilidade de apreensão da realidade empírica: ele, devido à carência de fundamento transcendental, é impossibilitado de conhecer qualquer coisa que não o nexo causal. Dessa forma, acerca do cérebro e sua estrutura para o conhecimento, se vê dois lados: ele possibilita o conhecimento do mundo enquanto efetividade, mas ao mesmo tempo, traça a rígida e intransponível demarcação de seus limites. Ele é, a um só passo, possibilidade e limitação da realidade: por meio dele, se conhece o mundo material em sua eterna transformação de estados vinculados pelo nexo causal, mas, exatamente por possibilitar o conhecimento *neste seu molde particular*, é este o mundo que se pode conhecer e nada além dele (pela via da representação intuitiva); *tudo o que extrapola a lei de causalidade é incognoscível pelo e para o cérebro*.

A idealidade transcendental da realidade empírica é incontornável, na medida em que o sujeito não pode ter cognição daquilo que sua estrutura é *incapacitada* de conhecer. A dependência da existência da realidade empírica e material a fundamentos provenientes da estrutura *a priori* cerebral do

indivíduo cognoscente nos permite refletir acerca da relatividade da realidade: ela é irremediavelmente representação do sujeito que representa. E é cérebro que dita o que é a realidade empírica.

Pretendemos nesta seção analisar o objeto de conhecimento do cérebro, a realidade empírica e material, tendo em vista mostrar a sua dependência de fundamentos transcendentais do sujeito, ou seja, a sua idealidade transcendental. Quisemos mostrar de que forma a realidade empírica é dependente das possibilidades transcendentais e limitações de cognição do cérebro.

Vejamos, agora, como o entendimento/cérebro realiza a representação intuitiva a partir do corpo do indivíduo cognoscente, e quais são as consequências epistemológicas da abordagem fisiológica da cognição.

Como o cérebro conhece: a aprioridade da lei de causalidade, a intelectualidade da intuição e o processo fisiológico de cognição

Como visto, para Schopenhauer, a representação tem sempre a forma geral da relação entre sujeito e objeto. Cada classe de objeto existe para “uma especial disposição do sujeito, que se nomeia faculdade de conhecimento”⁶⁸. De acordo com o filósofo, o “correlato subjetivo da matéria, ou causalidade, pois ambas são uma coisa só, é o ENTENDIMENTO, que não é nada além disso. Conhecer a causalidade é sua função exclusiva”⁶⁹.

Schopenhauer considera que há duas condições de possibilidade para o conhecimento do mundo intuitivo. A *primeira condição* tem dois pontos

⁶⁸ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 13, §4.

⁶⁹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 13, §4.

de vista: do ponto de vista *objetivo*, que os objetos estejam se transformando, fazendo-efeito uns sobre os outros; e do ponto de vista *subjetivo*, que o entendimento compreenda causalmente essas mudanças, tornando a representação possível para si através da lei de causalidade⁷⁰.

A segunda condição de possibilidade da intuição “é a sensibilidade do corpo animal, ou a propriedade de certos corpos de serem objetos imediatos do sujeito”⁷¹. Trata-se da capacidade de outros corpos afetarem a sensibilidade animal, e “[n]esse sentido, tais corpos são os OBJETOS IMEDIATOS do sujeito: a intuição de todos os outros objetos é intermediada por eles”⁷².

O corpo como objeto imediato é “aquela representação que constitui para o sujeito o ponto de partida do conhecimento”⁷³. De acordo com Schopenhauer, “o entendimento nunca seria usado caso não houvesse algo mais de onde ele partisse”. Este ponto de partida é “simplesmente a sensação dos sentidos, a consciência imediata das mudanças do corpo”⁷⁴. Schopenhauer considera que o conhecimento imediato do corpo “precede a aplicação da lei de causalidade” e “fornece a ela os primeiros dados”⁷⁵.

A intuição surge da relação feita pelo entendimento entre as mudanças das sensações do objeto imediato (o corpo animal) e as causas externas desta estimulação sensível. O entendimento intui tais causas como objetos existentes fora do organismo: “As mudanças que cada corpo animal sofre são imediatamente conhecidas, isto é, sentidas, e, na medida em que

⁷⁰ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 22-23, §6.

⁷¹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁷² SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁷³ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 22, §6.

⁷⁴ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁷⁵ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

esse efeito é de imediato relacionado à sua causa, origina-se a intuição desta última como um OBJETO”⁷⁶.

De acordo com o filósofo, sem o entendimento, haveria somente uma “sensação abafada, vegetal, das mudanças do objeto imediato”⁷⁷: é o entendimento que “transforma de UM SÓ golpe, mediante sua função exclusiva e simples, a sensação abafada que nada diz em intuição”⁷⁸.

O corpo, para Schopenhauer, é conhecido de maneira imediata conforme a matéria corporal é afetada por outras partes da matéria. Assim, o que se conhece pelas mudanças das sensações é o fazer-efeito de outros objetos sobre o objeto imediato⁷⁹. O filósofo alerta que não se deve tomar o termo “objeto imediato” em sentido rigoroso, pois o termo “objeto” indica algo conhecido *através* do entendimento – isto é, intermediado pelo cérebro; por isso, o filósofo faz uma ressalva quanto ao uso do termo para designar o corpo animal:

Todavia, aqui não se deve tomar o conceito de objeto no sentido estrito do termo, pois, por meio desse conhecimento imediato do corpo, que precede o uso do entendimento e é mera sensação dos sentidos, o corpo mesmo não se dá propriamente como OBJETO, mas, antes, os corpos que fazem efeito sobre ele; já que todo conhecimento de um objeto propriamente dito, ou seja, de uma representação intuível no espaço, existe apenas para e pelo entendimento, logo, não antes, mas somente após o seu uso⁸⁰.

⁷⁶ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁷⁷ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 14, §4.

⁷⁸ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 14, §4.

⁷⁹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁸⁰ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

O termo *objeto* é apropriado para designar o corpo conforme ele aparece na representação intuitiva, isto é, *após* a aplicação da função do entendimento. Este é o corpo enquanto objeto *mediato*. Este conhecimento é intermediado pelas informações dos sentidos, conforme o indivíduo percebe seu próprio corpo (a partir da visão e do tato) e pela subsequente aplicação da lei de causalidade:

Portanto, o corpo como objeto propriamente dito, ou seja, como representação intuível no espaço, só é conhecido, justamente como os demais objetos, apenas de maneira mediata, pela aplicação da lei de causalidade na ação de uma de suas partes sobre as outras, logo, na medida em que o olho vê o corpo, a mão o toca⁸¹.

O corpo como objeto extenso no espaço, com figura e membros, constituído de matéria e fazendo-efeito entre os outros objetos é conhecido através da intermediação do cérebro; pois, ora, a matéria, os objetos, o fazer-efeito, a causalidade e a extensão espacial *existem somente através do entendimento*; é este que organiza e interpreta os dados recepcionados sensorialmente para representar o corpo físico do indivíduo cognoscente como um objeto empírico, material, real, efetivo.

Conforme o filósofo, este conhecimento do corpo como um objeto empírico *não* é dado no sentimento geral do organismo e nem na autoconsciência; isto é, *imediatamente* o corpo não é conhecido como uma figura extensa em três dimensões e como organismo constituído de

⁸¹ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

membros; a figura do corpo é conhecida “apenas pelo conhecimento, apenas na representação, isto é, no cérebro”⁸².

Assim, chega-se ao resultado de que o corpo que o indivíduo cognoscente apreende como seu organismo é uma aparência criada por seu próprio cérebro. Considerado apenas do ponto de vista da representação, isto é, do conhecimento cerebral da realidade empírica, é um objeto entre os outros; que, como tal, para ser conhecido, precisa passar pelas mesmas intermediações que qualquer outro objeto: primeiramente, as sensações dos sentidos devido ao fazer-efeito dos objetos e a subsequente aplicação da lei de causalidade pelo entendimento. Assim, o corpo físico do indivíduo cognoscente é, assim como todo o mundo empírico, um fenômeno cerebral.

De acordo com Schopenhauer, a operação do entendimento em relacionar a sensação à causa “não é uma conclusão em conceitos abstratos, não ocorre por reflexão, nem com arbítrio, mas é imediata, necessária, certa”⁸³. Isto é, a origem da lei de causalidade não é *a posteriori*, não é uma conclusão originada da experiência empírica. Antes, é a própria *condição da experiência*; pois esta *não seria possível sem a lei de causalidade*: sem a função do cérebro em relacionar os efeitos sentidos no objeto imediato às suas causas externas a partir do conhecimento inato de que estes efeitos remetem a uma causa exterior ao organismo, *não haveria o mundo empírico*, pois a intuição da realidade empírica-material não seria realizada. Isto, aos olhos do filósofo, demonstra *a aprioridade* da lei de causalidade:

⁸² SCHOPENHAUER, MVR I, p. 23, §6.

⁸³ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 14, §4.

para percebermos objetivamente, na intuição espacial, tanto o nosso próprio corpo quanto os outros corpos, o conhecimento da causalidade tem já de existir, visto que é a condição de tal intuição. Em realidade, a única e autêntica prova de que conhecemos a lei de causalidade ANTES DE TODA EXPERIÊNCIA reside na necessidade de fazermos uma TRANSIÇÃO da sensação dos sentidos, dada apenas empiricamente, à sua CAUSA, para assim chegar à intuição do mundo exterior⁸⁴.

Na concepção de Schopenhauer, a matéria existe sempre em relação ao seu correlato subjetivo, o entendimento; e o entendimento existe sempre em relação ao seu correlato objetivo, a matéria. Devido à esta correlação intrínseca, a realidade empírica sempre possui idealidade transcendental, e o mundo material não tem existência independente do sujeito que conhece: “toda causalidade, portanto toda matéria, logo a efetividade inteira, existe só para o entendimento, através do entendimento, no entendimento”⁸⁵:

Só quando o entendimento passa do efeito à causa é que o mundo aparece como intuição, estendido no espaço, alterando-se segundo a figura, permanecendo em todo o tempo segundo a matéria, pois o entendimento une espaço e tempo na representação da MATÉRIA, isto é, eficácia. Este mundo como representação, da mesma forma que se dá apenas pelo entendimento, existe também só para o entendimento⁸⁶.

⁸⁴ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 45, Cap. 4.

⁸⁵ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 13, §4.

⁸⁶ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 14, §4.

Schopenhauer considera que, devido ao mundo ser uma obra do *entendimento* – e o resultado da aplicação de sua forma específica, a lei de causalidade – a intuição é uma *operação intelectual*: “A primeira e mais simples aplicação, sempre presente, do entendimento é a intuição do mundo efetivo: este nada é absolutamente senão conhecimento de causa a partir do efeito: por conseguinte, toda intuição é intelectual”⁸⁷.

Com a defesa da intelectualidade da intuição, Schopenhauer se opõe à tese da *sensualidade da intuição*, segundo a qual a origem da intuição seria sensual, no sentido de ser realizada pelos sentidos. Para o filósofo, a intuição é feita pelo entendimento e não poderia ser meramente pelos sentidos, pois há um abismo de diferença entre as sensações subjetivas e a intuição do mundo objetivo; os estímulos que provêm dos órgãos dos sentidos nada possuem de semelhante com a intuição intelectual realizada pelo cérebro⁸⁸.

Conforme o filósofo, as sensações dos sentidos são mudanças conhecidas subjetiva e sucessivamente na ordem do tempo, o sentido interno. Estes estímulos (sonoros, visuais...), além de fornecerem informações completamente distintas e incomparáveis *entre si*, também não têm correspondência com o mundo que surge *após* a interpretação destes dados feita pelo cérebro. É somente depois da atividade do cérebro e da aplicação da lei de causalidade que as variadas *sensações subjetivas e temporais* são transformadas em *intuição empírica material e espacial*⁸⁹.

⁸⁷ SCHOPENHAUER, MVR I, p. 13, §4.

⁸⁸ SCHOPENHAUER, QR, §21; 2015b; MVR II, p. 45, Cap. 4.

⁸⁹ SCHOPENHAUER, QR, p. 74-76, §21, destaque nosso.

A argumentação de Schopenhauer em prol da *aprioridade* da lei de causalidade e da intelectualidade da intuição é desenvolvida no §21 da *Quádrupla raiz* e retomada nos *Suplementos* na seguinte formulação, que vale a pena ser citada, devido a sua concisão:

Lá [no §21 da QR] demonstrei a grande diferença entre a mera sensação dos sentidos e a intuição de um mundo objetivo, revelando o profundo abismo entre ambas: a lei de causalidade é a única que transpõe a este, lei que, entretanto, para sua aplicação, pressupõe as duas outras formas que lhe são aparentadas, espaço e tempo. Só por meio da união destes três é que se chega a uma representação objetiva. Por sua vez, é essencialmente indiferente se a SENSACÃO, a partir da qual chegamos à intuição, nasce através da resistência que sofre a exteriorização de força dos nossos músculos ou através da impressão de luz na retina ou do som no nervo auditivo etc.: a SENSACÃO, sempre permanece um mero DATUM para o ENTENDIMENTO, único que é capaz de apreendê-la como efeito de uma CAUSA diferente dela, que ele então intui como algo exterior, isto é, posto na forma do ESPAÇO, que radica no entendimento anteriormente a qualquer experiência, ocupando-o e preenchendo-o. Sem essa operação intelectual, para a qual as formas têm de estar prontas em nós, jamais poderia surgir, de uma mera SENSACÃO interna à nossa pele, a intuição de um MUNDO EXTERIOR OBJETIVO⁹⁰.

Schopenhauer é irônico ao comentar acerca da crença que o mundo que *aparece* para o cérebro seria o mundo em sua realidade absoluta. Aos olhos do filósofo, esta concepção defenderia uma identidade entre o mundo-que-aparece e o que ele é em si mesmo, assumindo erroneamente

⁹⁰ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 45, Cap. 4.

que a apreensão humana – através dos sentidos e do cérebro – poderia diretamente intuir uma realidade objetiva e absoluta. Mas, para Schopenhauer, não é plausível acreditar na possibilidade de apreender o mundo objetivamente por uma constituição orgânica específica como a humana, que percebe o mundo através de sensações locais transeuntes e sempre internas ao organismo, “embaixo da pele”; ou seja, não faz sentido conceber que uma constituição sensorial-cerebral específica e dependente da estruturação corporal do indivíduo cognoscente – e, portanto, com caráter accidental –, poderia alcançar um conhecimento da realidade tal como ela é fora, além e independente desta constituição orgânica:

Se necesita estar dejado de la mano de Dios para decir que el mundo intuitivo exterior, al llenar en sus tres dimensiones el espacio, moviéndose, con inexorable rigor, dentro del curso del tiempo, regido a cada paso por la ley de causalidad, pero sometido siempre a la ley que nosotros aplicamos de antemano a toda experiencia, tiene una existencia objetiva y real, independiente de nuestra participación en él, y que, por la mera impresión de nuestros sentidos, llega a nuestra cerebro y se presenta en él tal y como se fuera del mismo. ¡Cuán mísera cosa es la mera impresión de nuestros sentidos! En el más noble órgano de nuestro cuerpo no se opera más que una sensación local, específica, subjetiva, y que, como tal, no puede contener nada objetivo ni que se parezca a una percepción. Pues la sensación, cualquiera que sea, es y sigue siendo un proceso de nuestro mismo organismo, y, como tal, no traspasa los límites de nuestra envoltura carnal ni puede contener nada que fuera de dicha envoltura exista⁹¹.

⁹¹ SCHOPENHAUER, QR, p. 74, §21.

De acordo com Schopenhauer, as sensações são “algo essencialmente subjetivo, cuyas variaciones sólo en forma del sensibild interior, esto es, de tiempo, o sea, sucesivamente, llegan a nuestra consciencia”⁹². As sensações ocorrem devido à excitações nas extremidades dos nervos; mas apenas após a ação do cérebro (e não somente da estimulação nervosa) e a aplicação da lei de causalidade, é criada a intuição da realidade empírica; esta que se baseia também na forma *a priori* do sentido externo, o espaço, que se encontra predisposta no cérebro⁹³. Assim, somente mediante o cérebro é realizada a transição das puras sensações subjetivas sob a forma do tempo e do interior da envoltura cutânea do organismo para o mundo objetivo espacial em três dimensões e fora do organismo.

Sólo cuando la inteligencia – función, no de los nervios aislados, sino del cerebro, tan artística y enigmáticamente construido, que sólo pesa tres libras, y acaso cinco por excepción – entra en actividad, utilizando su forma especial, la ley de causalidad, se opera una importante transformación, pasando las impresiones subjetivas a ser conocimiento objetivo. Entonces concibe, por medio de su forma específica, esto es, *a priori*, o sea anteriormente a toda experiencia (pues todavía no es posible ésta), las impresiones de los órganos corpóreos como efectos (palabra que ella sola comprende) que, como tales, deben tener sus correspondientes causas. Al mismo tiempo llama en su auxilio a la forma de la sensibild exterior, que reside igualmente en el intelecto, esto es, en el cerebro, el espacio, para colocar dicha causa fuera del organismo, pues sólo de este modo comprende, percibe lo exterior, cuya posibilidad es el espacio; así es que la

⁹² SCHOPENHAUER, QR, p. 75, §21.

⁹³ SCHOPENHAUER, QR, p. 75, §21.

pura intuición es la que debe suministrar la base de la percepción de lo empírico⁹⁴.

Nos *Suplementos*, Schopenhauer faz uma avaliação de carácter fisiológico acerca da relação entre a proporção de massa dos nervos e do cérebro no organismo e sua respectiva importância no processo de cognição: o fato de o cérebro possuir uma massa mais significativa em relação à massa nervosa destinada a recepcionar sensações indica a primazia do intelecto no processo de representação intuitiva e fala a favor da tese da intelectualidade da intuição⁹⁵.

Em suma, na visão de Schopenhauer do processo de cognição, a intuição não poderia ser meramente sensual, na medida em que as sensações dos sentidos fornecem somente os dados para que o cérebro crie o mundo material; a intuição consiste, portanto, numa operação intelectual. Tais sensações “puras” são distintas da representação intuitiva: são dados que, em si mesmos, não possuem semelhança com o mundo empírico. Assim, se vê duas etapas distintas no processo de cognição da realidade: primeiro a apreensão sensorial e posteriormente a interpretação intelectual das informações.

A defesa de Schopenhauer da *aprioridade* da lei de causalidade e do processo de cognição como uma operação intelectual realizada pelo cérebro faz com que o idealismo transcendental do filósofo se ancore em uma base fisiológica, que aponta para um carácter inevitavelmente subjetivo da representação, por depender de uma estrutura formal do sujeito e biológica do indivíduo.

⁹⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 75, §21.

⁹⁵ cf. SCHOPENHAUER, MVR II, p. 23-24, Cap. 2.

A consideração fisiológica do processo de cognição dá um tom especial ao idealismo de Schopenhauer e carrega consequências epistemológicas determinantes acerca do estatuto da realidade empírica, a sua idealidade transcendental e como a coisa-em-si encontra-se velada ao entendimento.

A realidade relativa do mundo

Acerca da investigação do que é possível conhecer, Schopenhauer leva em consideração as epistemologias de Locke e de Kant: o primeiro teria demonstrado as limitações no processo de cognição no que se refere aos sentidos, e o segundo, no que se refere as funções cerebrais da representação do mundo – apesar de, como diz Schopenhauer, Kant não ter se referido à faculdade de conhecimento como “cérebro”⁹⁶.

Na visão de Schopenhauer, ambos filósofos desnudaram propriedades que, antes atribuídas ao objeto, agora são identificadas no sujeito. Assim, Locke demonstrou que a coisa-em-si não poderia possuir nenhuma qualidade secundária, isto é, aquelas percebidas através dos sentidos; desse modo, a coisa em si não poderia ter gosto, som, temperatura ou cor: “A participação da sensação sensorial na intuição foi distinguida por LOCKE sob o nome de QUALIDADES SECUNDÁRIAS, que ele, com razão, recusou à coisa em si mesma”⁹⁷. No entanto, Locke ainda atribui ao objeto aquelas propriedades que ele considerou como qualidades primárias: extensão, figura, movimento, posição, volume, situação:

⁹⁶ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 11, Cap. 1.

⁹⁷ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 23-24, Cap. 2.

Em consequência, a coisa em si em LOCKE é algo desprovido de cor, de som, de odor, de gosto, não é quente nem fria, não é mole nem dura, não é lisa nem áspera; todavia, permanece algo que tem extensão, figura, impenetrabilidade, repouso ou movimento, medida e número⁹⁸.

De acordo com a interpretação de Schopenhauer, Kant teria ido além ao aplicar o método de Locke não só aos sentidos, mas também às funções cerebrais que trabalham na elaboração da intuição a partir do estofo recepcionado sensorialmente. Assim, o pensador de Königsberg teria demonstrado que também tempo, espaço e causalidade dependem do sujeito, de forma que não se pode atribuir à coisa em si estas formas subjetivas *a priori*; e assim, com Kant, a coisa-em-si deixa de ser temporal, espacial e causal:

Mas KANT, levando mais adiante o método de LOCKE, distinguiu e separou da coisa em si também o que pertence à ELABORAÇÃO daquele estofo (a sensação dos sentidos) pelo CÉREBRO, e assim resultou como aqui compreendido tudo o que LOCKE, como qualidades PRIMÁRIAS, havia deixado nas coisas em si, vale dizer, extensão, figura, solidez etc., com o que em KANT a coisa em si = x completamente desconhecido. (...) Em KANT, ao contrário, a coisa em si foi despojada completamente também dessas últimas propriedades; porque estas só são possíveis mediante tempo, espaço e causalidade, que entretanto se originam de nosso intelecto (cérebro), exatamente como cores, sons, odores, etc. originam-se dos nervos dos órgãos sensoriais. Em KANT, a coisa em si tornou-se inespacial, inextensa, incorpórea⁹⁹.

⁹⁸ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 24, Cap. 2.

⁹⁹ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 24, Cap. 2.

Schopenhauer pondera que, ainda que se admita que as afecções tenham origem em causas exteriores, o que se conhece por elas não pode ser algo existente objetivamente, pois até mesmo a relação intelectual de que tais sensações possuem uma causa externa é já devido à lei *a priori* de causalidade cuja origem está no cérebro, o que aponta para a subjetividade da intuição intelectual, para além da subjetividade das sensações do corpo:

Si revisamos mi teoría de la percepción empírica, encontraremos que el primer dato de la mismo, esto es, *la sensación, es un proceso completamente subjetivo orgánico, limitado dentro del cuerpo humano*. Que estas impresiones de los sentidos orgánicos, aun admitiendo que proceden de causas exteriores, no tienen ninguna semejanza con la naturaleza de éstas (el azúcar no tiene nada que ver con lo dulce, ni la rosa con el rojo), ya lo demostró minuciosamente Locke. *Pero que dichas sensaciones obedecen a una causa exterior, es consecuencia de una ley de nuestro cerebro; por consecuencia, no menos subjetiva que la misma sensación*; pues el tiempo, primera condición para que sea posible todo cambio, es también la condición para que puede aparecer el concepto de causalidad, así como también el espacio, que es lo que hace posible la existencia exterior de una causa, es, como Kant ha demostrado, forma subjetiva del intelecto¹⁰⁰.

Mesmo que se considere que as sensações tenham uma origem empírica, a lei de causalidade (que pressupõe que estas sensações possuem uma causa externa) tem origem subjetiva nas funções do cérebro: é uma lei “enraizada na forma de nosso conhecimento, isto é, nas funções de nosso

¹⁰⁰ SCHOPENHAUER, QR, p. 102-103, §21, destaque nosso.

cérebro; esta lei, portanto, tem sua origem tão subjetivamente quanto aquela sensação mesma dos sentidos”¹⁰¹.

Schopenhauer reconhece que coisas exteriores ao corpo geram a estimulação no órgão sensorial, mas aponta que estas são inevitavelmente subjetivas, pois dependem da complexa estrutura orgânica do indivíduo que conhece; e, após a estimulação dos órgãos dos sentidos, a interpretação dos dados das sensações está em completa conformidade com as leis *a priori* do cérebro. Ou seja, ainda que as sensações sejam afecções que provenham de algo externo, aquilo que o organismo capta e interpreta delas é inteiramente dependente do indivíduo que conhece:

Ainda que também coisas exteriores sejam tomadas como causas para as sensações, como admite a doutrina de Locke, mesmo assim entre a SENSACÃO, na qual consiste o EFEITO, e a NATUREZA objetiva da causa que a ocasiona não pode existir semelhança alguma; porque a sensação, como função orgânica, é antes determinada pela natureza bastante técnica e complicada de nosso instrumento sensorial, por consequência é meramente estimulada pela causa exterior, porém depois realiza-se em total conformidade com suas próprias leis, portanto é completamente subjetiva. – A filosofia de Locke foi a crítica das funções dos sentidos; Kant, entretanto, fez a crítica das funções do cérebro¹⁰².

Para Schopenhauer, não se pode considerar que o mundo “fora de nosso organismo” seja *tal como* o mundo representado “dentro do organismo”, pois tanto as sensações quanto a intuição dependem de

¹⁰¹ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 13, Cap. 1.

¹⁰² SCHOPENHAUER, MVR II, p. 14, Cap. 1.

condições referentes ao *sujeito*. Como consequência, o mundo que existe para e mediante o cérebro não pode ser considerado como *realidade absoluta*, na medida em que é condicionada pela estrutura orgânica do indivíduo.

Para o filósofo, é um equívoco atribuir ao mundo “fora do organismo” os moldes de conhecimento do sujeito: não se pode transpor uma lei originária do mecanismo da faculdade cognoscitiva, que é a própria *possibilidade de existência* do mundo empírico, e considerá-la a ordem absoluta e subsistente do mundo¹⁰³. Isto é, é inválido transpor uma lei originária do cérebro ao mundo e tomá-la como a absoluta ordem cósmica. É o que o filósofo chama de “abuso da lei de causalidade”: “no procedemos acertadamente aplicando tal princípio, nacido del mecanismo de nuestras facultades cognoscitivas, al orden eterno del mundo, que subsiste por sí y que es independiente de nuestro intelecto”¹⁰⁴.

Schopenhauer é incisivo em sua defesa do idealismo transcendental, que, segundo o autor, “deixa intocada a realidade empírica do mundo”¹⁰⁵, mas assegura que o objeto é duplamente condicionado pelo sujeito: materialmente, pois o objeto depende do sujeito para ter sua existência objetiva; e formalmente, pois o *modo* de ser representado depende das formas do sujeito (espaço, tempo, causalidade)¹⁰⁶. O filósofo aponta que, por tal condicionamento, a realidade do mundo material não tem existência alheia ao sujeito, isto é, para além do cérebro que conhece, e que não se pode atribuir ao mundo aquilo que decorre das funções do cérebro:

¹⁰³ SCHOPENHAUER, QR, p. 114, §24.

¹⁰⁴ SCHOPENHAUER, QR, p. 114, §24.

¹⁰⁵ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 20, Cap. 1.

¹⁰⁶ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 20, Cap. 1.

Isso demonstra que a totalidade do mundo material com seus corpos extensos no espaço e possuidores de uma relação causal entre si por conta do tempo, e tudo o mais que daí depende, não constitui uma existência INDEPENDENTE de nossa cabeça, mas tem seus pressupostos básicos em nossas funções cerebrais, apenas POR MEIO das quais e NAS quais uma TAL ordem subjetiva das coisas é possível; porque tempo, espaço e causalidade, sobre os quais repousam todos aqueles processos reais e objetivos, também nada mais são eles mesmos que funções do cérebro: com o que aquela ORDEM inalterável das coisas, que confere o critério e o fio condutor de sua realidade empírica, depende do cérebro e exclusivamente por meio deste obtém a sua garantia: KANT expôs isso de modo pormenorizado e com profundidade; apenas não menciona o cérebro, mas diz: “a faculdade de conhecimento”¹⁰⁷.

De acordo com o idealismo transcendental schopenhaueriano, portanto, nem pelos sentidos e nem pelo cérebro é possível conhecer as coisas tais como são em si mesmas e é injustificado crer que “o mundo dentro da cabeça”, que se apresenta ao entendimento como extenso, temporal e causal, seja também assim fora e independente da organismo, i.e., que a representação da realidade empírica seja uma realidade absoluta e com existência independente do sujeito:

Nesse sentido, o fato de em determinada ocasião certas sensações que ocorrem em meus órgãos sensoriais fazerem surgir em minha cabeça uma INTUIÇÃO de coisas espacialmente extensas, temporalmente permanentes e que fazem efeito causalmente, de maneira alguma me autoriza a sustentar a hipótese de que semelhantes coisas, com

¹⁰⁷ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 11, Cap. 1.

tais propriedades que lhes pertenceriam absolutamente, também existiriam em si mesmas, independente e fora da minha cabeça¹⁰⁸.

Mas é preciso cautela: se deve evitar o equívoco de considerar que Schopenhauer defende que a realidade seja uma *mentira*, uma enganação, algo falso e não existente. Não é esse o caso. O que o filósofo aponta é que a realidade tem sempre como referência o sujeito que a representa. Ou seja: *há realidade enquanto representação*. “Apesar de toda idealidade TRANSCENDENTAL, o mundo objetivo conserva realidade EMPÍRICA: de fato, o objeto não é a coisa-em-si; contudo, como objeto empírico é real”¹⁰⁹. O ponto principal é que não se deve tomar a representação como realidade *absoluta*; quando, antes, há uma realidade *relativa*, pois sempre em referência ao sujeito que conhece e aos moldes de conhecimento desse sujeito.

Mas, por outro lado, não se pode desconsiderar que a representação tem um aspecto ilusório e também onírico. Há uma proximidade entre o mundo real e os sonhos, na medida em que ambos são gerados a partir do mesmo molde, o intelecto, a função cerebral:

Essa condição [a consciência], implicada irrevogavelmente na existência do mundo, imprime neste, apesar de toda a sua realidade EMPÍRICA, o selo da IDEALIDADE e, com este, o da simples APARÊNCIA; com o que o mundo, pelo menos de um lado, tem de ser reconhecido como aparentado ao sonho e colocado na mesma classe deste. Pois a mesma função cerebral que durante o sono produz

¹⁰⁸ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 14, Cap. 1.

¹⁰⁹ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 23, Cap. 2.

como que magicamente um mundo perfeitamente objetivo, intuitivo e até mesmo palpável tem de ter participação igual na exposição do mundo objetivo da vigília. Esses dois mundos, embora diferentes por sua matéria, são evidentemente formados a partir de um mesmo molde. Esse molde é o intelecto, a função cerebral¹¹⁰.

Concluindo, Schopenhauer defende um idealismo transcendental que remete diretamente às formas e funções identificadas com o cérebro do indivíduo cognoscente. Para o filósofo, o mundo empírico é uma aparência para o sujeito, um fenômeno cerebral, e por tal, a realidade é ideal. A representação não é a realidade absoluta, mas possui realidade enquanto representação. Como a realidade é condicionada pelo sujeito e sua estrutura do conhecer, não é justificado crer que o conhecimento da representação alcance a coisa em si. É um equívoco acreditar que o que aparece ao sujeito em seus moldes cerebrais específicos é a realidade última do cosmos.

Numa breve fórmula sintética, poderíamos dizer que, para Schopenhauer, apesar da realidade empírica do mundo, ele permanece ideal; e, apesar da idealidade transcendental do mundo, ele permanece real.

Conclusão

Nosso objetivo neste artigo foi, através da noção de cérebro, esclarecer o significado da idealidade transcendental da realidade empírica e o estatuto de realidade relativa da representação intuitiva. Para tal, expomos a teoria do conhecimento de Schopenhauer no que diz respeito a como o

¹¹⁰ SCHOPENHAUER, MVR II, p. 6, Cap. 1.

cérebro realiza a representação intuitiva e cria a realidade a partir de suas formas *a priori*, a saber, tempo, espaço e causalidade.

Ao longo do trabalho, visamos mostrar os seguintes pontos: 1) o cérebro remete à faculdade do entendimento, que é o correlato subjetivo inseparável da matéria e da realidade empírica, e a representação intuitiva surge desta correlação essencial; 2) o cérebro possui as possibilidades transcendentais de representação do mundo, mas, exatamente por isso, também demarca as limitações de experiência e o que é tido como a realidade empírica: a eterna transformação causal dos estados da matéria substancial; 3) devido a cognição ser um processo que parte do corpo do indivíduo cognoscente e por depender do cérebro e de sua lei *a priori* de causalidade, a representação é uma operação intelectual de base orgânica e fisiológica, e por tal, a representação intuitiva possui um caráter subjetivo; e 4) devido a esse caráter subjetivo, é ilegítimo considerar a realidade empírica tal como conhecida pelo cérebro como realidade absoluta existente em si mesma.

Estes pontos visaram indicar por quê, para Schopenhauer, não se pode de forma alguma falar de uma realidade absoluta do mundo como representação. O que se pode assumir é uma realidade relativa do mundo empírico, que não existe independentemente do cérebro que conhece; mas que, ao mesmo tempo, não é falsa e nem uma mentira, mas é verdadeira enquanto uma representação; apesar de, por outro lado, também apresentar um caráter onírico e ilusório.

A partir de tais colocações, consideramos justo concluir que se pode falar de uma realidade relativa do mundo empírico na filosofia de Schopenhauer, que nunca se desvincula de seu caráter ideal, pois sua

existência é dependente do cérebro que conhece. E, assim, se vê o “cérebro” como uma noção articuladora central e uma chave para a compreensão do significado de realidade na filosofia de Schopenhauer.

Referências bibliográficas

SCHOPENHAUER, Arthur. **De la cuádruple raíz del principio de razón suficiente.** Tradução por Eduardo Ovejero y Maury. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1950.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação, 1º tomo.** Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015a.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação, segundo tomo: Suplementos aos quatro livros do primeiro tomo.** Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015b.